

## Resumo

O texto procura analisar alguns aspectos metodológicos do pensamento de Keynes, tais como a posição de Keynes sobre o individualismo e a organicidade no sistema econômico, a questão do método indutivo ou dedutivo na economia, o caráter moderno ou pós-moderno do pensamento de Keynes e, finalmente, a questão da retórica no seu discurso científico. A conclusão, além de destacar a importância da retórica como recurso metodológico, ressalta a complexidade do pensamento de Keynes, um autor que transita do individualismo para o organicismo, sem anular o papel das ações individuais, reunindo traços da modernidade e da pós-modernidade, bem como a unidade da experiência e da razão no processo do conhecimento.

**Palavras-chave: Keynes, método, individualismo, pós-modernidade, retórica.**

## Abstract

The paper aims to analyse some aspects of Keynesian economic methodology, as individualism and organicism, inductive or deductive method, modernism and postmodernism, persuasion and rhetoric. The conclusion remarks the importance of rhetoric, the change from individualism to organicism, preserving the role of individual actions, the unity of inductive and deductive methods in economics, and the modernity and postmodernity of the complex economic thought of Keynes.

**Key Words: Keynes, Method, Individualism, Postmodernism, Rethoric**

## JEL ó B41

### 1. Introdução

Nas últimas décadas, observou-se um crescente interesse de economistas em discutir os fundamentos metodológicos do paradigma teórico de Keynes. Embora Keynes não tenha dado um tratamento sistemático aos aspectos metodológicos de sua teoria, isto não significa que ele desconsiderasse sua importância ou deixasse de abordá-los. Ao contrário, Keynes os aborda ao longo de sua vasta obra e destaca sua relevância, para fundamentar seu pensamento, especialmente na medida em que procurou romper com a teoria neoclássica, em que fora havia se formado.

Assim, o objetivo deste texto é analisar alguns desses aspectos metodológicos, que consideramos mais importantes para compreender os fundamentos do pensamento de Keynes.

Um primeiro aspecto relevante consiste em analisar a forma como Keynes, partindo da ação individual, constrói a realidade econômica agregada, ou em outras palavras, em que medida ele consegue superar o individualismo metodológico da teoria neoclássica. Os autores que analisam esta questão não deixam dúvida de que Keynes supera o individualismo metodológico ao desenvolver uma visão ontológica orgânica da realidade econômica, a qual está materializada na dimensão autônoma da macroeconomia face aos

---

<sup>1</sup> Economista e Professor do PPGE/UFRGS. Pesquisador do CNPq. E-mail [gentil@ufrgs.br](mailto:gentil@ufrgs.br)

Este texto faz parte do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq: ão moderno e o pós-moderno em economia: um estudo sobre a filosofia da ciência econômica. Sua elaboração contou com a participação do bolsista de iniciação científica BIC/CNPq, Daniel Wartchow.

componentes microeconômicos. No entanto, Keynes não desconsidera a importância das ações individuais na explicação dos eventos econômicos.

Um segundo aspecto, estreitamente relacionado com o primeiro, se refere à posição de Keynes sobre a origem e fundamento do conhecimento, ou seja, como Keynes se posiciona face à tradicional e controversa dicotomia entre o método indutivo e o método dedutivo na elaboração do conhecimento. Como veremos, Keynes defende a importância e o uso dos dois métodos, de forma isolada ou combinada, dependendo do objeto e das circunstâncias.

Um terceiro aspecto se refere ao caráter moderno ou pós-moderno do pensamento de Keynes, no sentido de que traduza uma visão estrutural da realidade, como sistema complexo de relações, e de crença no progresso da ciência e da história, ou de uma visão fragmentada da realidade e do próprio conhecimento.

Por fim, um último aspecto diz respeito a um tema que tem despertado grande interesse e polêmica nas últimas décadas, inclusive entre economistas brasileiros, que é o papel da retórica na ciência econômica. A teoria de Keynes talvez seja um bom exemplo para mostrar tanto a relação estreita, como a clara distinção que existe entre ciência e retórica. Como destacam inúmeros autores, uma característica do pensamento de Keynes é a forma persuasiva ou retórica que confere ao seu discurso científico.

Após a análise destes quatro aspectos metodológicos do pensamento de Keynes, a conclusão do texto procura fazer uma síntese das principais questões analisadas no decorrer do trabalho, procurando explorar a estreita relação que existe entre elas e que, no seu conjunto, caracterizam a visão metodológica de Keynes.

## **2. Keynes supera o individualismo metodológico?**

O individualismo metodológico, um dos fundamentos da teoria neoclássica, se baseia numa concepção atomística de sociedade, que considera os indivíduos como partes independentes do todo, como átomos governados por leis determinísticas, de modo que seja possível identificar o vínculo causal entre as ações individuais e os seus resultados, ou entre causa e efeito. Abbagnano (2007), em seu dicionário de filosofia, define o individualismo metodológico como a doutrina, que afirma a prioridade explicativa dos indivíduos sobre os conjuntos de que participam. Ele se baseia numa ontologia para a qual a realidade é composta unicamente por indivíduos, de modo que conceitos abstratos como sociedade, Estado e classe social não possuem existência efetiva. Neste sentido, o individualismo metodológico tem por base uma ontologia atomista da realidade natural ou social.

No outro extremo, situa-se o holismo metodológico, que considera a realidade como uma totalidade complexa e autônoma, em relação às partes de que se compõe. A totalidade não resulta da soma das partes, é maior e independente delas. As partes só ganham sentido em relação à totalidade que compõem.

Como se situa Keynes em face destas concepções ontológicas da realidade econômica?

Há muita controvérsia entre economistas sobre a visão ontológica de Keynes, mas é mais forte a tendência a sustentar que Keynes transita de uma visão individualista, como era a visão neoclássica em que se formou, para uma visão organicista da realidade, no interior da qual as ações individuais, embora condicionadas, conservam espaço e autonomia relativas face às determinações da totalidade orgânica. Assim, esta mudança de visão micro para uma visão macroeconômica ou, em termos ontológicos, de uma visão atomista para uma visão organicista da realidade, estaria na base da ruptura teórica de Keynes em relação

à teoria neoclássica. Por isso, a unidade de análise que fundamenta o conhecimento, para Keynes, deixou de ser o indivíduo e suas ações microeconômicas e assumiu uma natureza macroeconômica, ultrapassando o individualismo metodológico da teoria neoclássica. Como exemplo dessa ruptura, uma das passagens de Keynes mais citadas encontra-se num ensaio sobre Edgeworth, onde afirma:

“A hipótese atomista, que funcionou tão esplendidamente na física, sucumbe na psicologia. Somos confrontados, a todo o momento, com os problemas da unidade orgânica, das variáveis discretas, da descontinuidade e o todo não é igual à soma das partes, comparações quantitativas nos enganam, pequenas variações produzem grandes efeitos, as hipóteses de um continuum uniforme e homogêneo não são satisfeitas.” (Keynes, CW. V: 262, apud Olivares, 2005:3).

Em consonância com o sentido desta afirmação de Keynes, é possível encontrar, no âmbito da Teoria Geral, muitos exemplos que indicam a presença de uma visão organicista do sistema econômico de Keynes. Por exemplo, quando trata da questão da poupança, Keynes se refere à falácia da composição, no sentido de que a dimensão macro não resulta de um somatório de decisões microeconômicas. Neste caso do paradoxo da poupança, afirma Olivares (2005), se revela a distinção entre aquilo que se poderia chamar de formas atomísticas-aditivas e formas orgânicas-não-aditivas da organização social. Esta concepção se manifesta, também, na formulação do princípio de demanda efetiva, que fundamenta a macroeconomia de Keynes, cuja construção é feita sem apelar para a microeconomia, pois não resulta do agregado das demandas individuais. Da mesma forma, o desemprego involuntário é também uma questão eminentemente macroeconômica, não explicada por decisões individuais sobre seu próprio emprego ou desemprego. A macroeconomia de Keynes é, por assim dizer, um campo autônomo do saber, com fundamentos próprios, sem necessidade dos fundamentos microeconômicos individuais.

No entanto, para Davis (1989-90:308), esta referência a Edgeworth, em que Keynes discute sobre as limitações da visão atomista, não é suficiente para fundar a passagem de Keynes para uma visão organicista da realidade, pois considera que não há na referida citação qualquer indicação de quando a hipótese atomista teria ou não aplicação, nem que a conexão orgânica tenha qualquer aplicação mais ampla do que no contexto matemático de Edgeworth. Davis conclui, então que isto é evidência insuficiente para justificar tão profunda mudança metodológica, em Keynes.

Além disso, Davis lembra que Keynes rejeitou a aplicação da ideia de Moore de unidade orgânica a todo universo, limitando-a ao caso da mente individual. No entanto, Davis parece não estar seguro em afirmar que Keynes não tenha mudado de posição mais tarde, mas que na Teoria Geral ele não faz referências explícitas a mudanças relativas à questão do atomicismo e do organicismo. Não nega, porém, que se possa, à luz da Teoria Geral, concluir que Keynes abandonou a visão atomista. Reconhece, até, que Keynes se mostrava especialmente sensível a algumas formas de interdependência entre os agentes econômicos, mas que isto seria insuficiente para indicar uma mudança da visão atomista para uma organicista. Na sua opinião, para justificar essa mudança, seria necessário e suficiente demonstrar que, na Teoria Geral, uma interação ou inter-relação entre as partes produz uma mudança no todo não pode ser reduzida à soma das mudanças nas suas partes. Mas, a simples presença de uma interação entre as partes e o todo não seria suficiente para comprovar a ruptura com a visão atomista, uma vez que as partes de um sistema atomístico,

também, estão inter-relacionadas, mas não organicamente relacionadas. Para ele, os agentes da teoria ortodoxa do equilíbrio geral podem estar inter-relacionados em relação a decisões de oferta e demanda de mercadorias. Afirma, ainda, que conexão orgânica não é necessariamente uma questão de relação entre as partes e o todo e que não há razão suficiente para duvidar do tratamento atomista dado por Keynes aos agentes econômicos, quer no mercado de trabalho, quer no setor de investimentos. No mercado de trabalho, quando discute os salários relativos, não há indicação de que os trabalhadores tenham outro raciocínio se não em termos de sua própria desutilidade marginal do emprego. Na questão dos investimentos, embora a decisão do investidor individual leve em contra as decisões dos outros investidores, isto não afeta a racionalidade do investidor individual no cálculo da eficiência marginal do capital.

Em conclusão, diz Davis (1989-90: 314), é difícil perceber que Keynes tenha mudado sua visão atomística original e adotado uma perspectiva organicista, pois não há evidência direta nos trabalhos de Keynes a este respeito. Para Davis, no coração da teoria de Keynes está um agente racional autônomo.

Discordando da posição de Davis, Rotheim (1989-90) afirma que a preocupação de Keynes com o problema da incerteza, na Teoria Geral, levou-o a abandonar a metodologia atomista neoclássica e a defender uma metodologia organicista.

Os argumentos de Rotheim partem de uma referência fundamental da posição de Keynes sobre a natureza da ciência econômica: a clara distinção que fez entre as ciências naturais e as ciências morais ou sociais, em que incluía a economia. Keynes adverte enfaticamente que a hipótese atomística, que é adequada para as ciências naturais, não se aplica no caso das ciências sociais, a que pertence a economia.

Para ele, a visão de Keynes de um sistema orgânico, quando considerava a economia uma ciência moral, vai além do caso da mente humana da doutrina moral de Moore. Keynes alterou sua visão atomística, também, a partir de sua crítica à economia matemática, quando passou a entender o processo econômico em termos de uma recursiva interdependência entre o todo e suas partes. Processos orgânicos não requerem tanto análises ao nível do todo, mas ao nível das interações entre partes e todo pelas quais se redefinem mutuamente.

Rotheim rebate, assim, as críticas de Davis, dizendo que se elas pretendem ter eliminado o indivíduo do discurso econômico e o papel único e essencial que o indivíduo ainda desempenha no mundo orgânico e interdependente que Keynes tentou interpretar, isto é um equívoco, pois a negação da existência de um individualismo atomístico no mundo social, isto não significa negar que Keynes negue a importância do indivíduo e das decisões individuais. Os indivíduos não perderam o sentido como consequência de sua existência num mundo orgânico e interdependente. Para Keynes, a aplicação da matemática nas ciências sociais não leva aos resultados conclusivos que a mesma produz nas ciências naturais, mas quase o oposto é que costuma acontecer. Isto leva Keynes a concluir que a realidade econômica é muito mais complexa que a física e, por consequência, tentar modelar a realidade social é quase impossível, simplesmente porque o mundo econômico não funciona como o mundo natural.

Embora a simples interdependência não implique a adoção de uma perspectiva organicista, como afirma Davis, o que distingue o raciocínio organicista de Keynes, na visão de Rotheim, é que seu foco na interdependência anula a premissa de um indivíduo autônomo. Não se trata de rejeitar a existência do indivíduo ou a importância das decisões individuais no pensamento de Keynes, mas de reconhecer que Keynes rejeitou as premissas

de um indivíduo autônomo, a priori, cujas ações são sempre a única causa dos resultados econômicos, os quais, por sua vez, não afetam o comportamento do indivíduo. Keynes nega que só existam indivíduos e critica a idéia de um individualismo que vá muito além daquilo que os próprios indivíduos são.

Rotheim (1989-90: 3220-323) acentua, ainda, que o método de Keynes compreende um indivíduo orgânico e não atomístico, um indivíduo estruturalmente relacionado a outros indivíduos, e o que é mais importante, a natureza do indivíduo depende de suas relações com o todo. No sistema orgânico de Keynes, a natureza do indivíduo depende da interação com outros indivíduos e muda com ela. A natureza do indivíduo não é nem autônoma, nem a priori, mesmo se são os indivíduos os principais atores no sistema. O orgânico, na visão de Keynes, significa a dependência da natureza das partes em relação ao todo. Na macroeconomia de Keynes, não há meio para se saber o impacto que terá uma decisão individual antes que se conheça o efeito que todas as decisões individuais terão no ponto da demanda efetiva, ou seja, fica estabelecida a orgânica interdependência entre a decisão individual e a decisão agregada.

Enquanto, para o individualismo metodológico, o contexto ou os parâmetros em que os indivíduos tomam suas decisões são considerados como imutáveis, pelo menos por um considerável período de tempo, para Keynes, ao contrário, o papel da decisão individual se exerce num universo temporal, orgânico e interdependente.

Duayer (1995), também, analisa o que denomina de ontologia social organicista pós-keynesiana e questiona se este conceito significa uma ruptura com o neoclássico.

Por um lado, reconhece Duayer (1995:203), que nessa ontologia social organicista, os indivíduos, enquanto complexos parciais da totalidade, assumem um papel essencialmente distinto do individualismo atomístico sobre o qual se funda a teoria neoclássica, significando uma alteração substantiva da base axiomática da teoria pós-keynesiana em relação à neoclássica. Afirma, assim, que esta concepção de sociedade parece superar o individualismo metodológico neoclássico e a falsa liberdade de ação do indivíduo, pois, na visão organicista keynesiana, a ação individual não opera no vazio, mas numa totalidade, governada por leis, que tanto precede, como condiciona e também se constitui na condição de possibilidade das próprias ações individuais. Assim, as estruturas sociais, produzidas pelas ações individuais, também teriam um caráter causal, ou como diz Duayer (1995:205), são as estruturas sociais existentes que fornecem a base efetiva para a elaboração das alternativas concretas. No caso do individualismo metodológico neoclássico, tanto a natureza dos indivíduos, como suas ações, são independentes das relações sociais e, no caso da ontologia social orgânica do pós-keynesianismo, tanto a natureza dos indivíduos como suas ações finalísticas são produto das próprias relações sociais em que estão inseridas.

No entanto, para Duayer, a principal insuficiência da ontologia social organicista keynesiana reside no ainda estreito horizonte da prática humana, definido por esta visão ontológica, embora reconheça seu alargamento, quando comparado com o atomismo individualista da teoria neoclássica. Para o autor, tal estreitamento decorre da suposta necessidade de assegurar uma base para a indução. Embora o pós-keynesianismo conceba a sociedade como um organismo, que se reproduz historicamente sem equilíbrio, tal historicidade se restringe ao horizonte da economia capitalista, à transição de suas fases, sem ultrapassar seus horizontes, ou seja, para ele, a teoria pós-keynesiana hipostazia as categorias da economia capitalista e deixa de fazer explícito reconhecimento da historicidade das relações capitalistas.

Assim, Duayer (1995) conclui que a teoria pós-keynesiana, ao estabelecer um fundamento social orgânico para a sociedade e não uma base atomística individual, õparecia superar a falsa liberdade do sujeito atomista da teoria neoclássicaõ, mas significa uma õsuperação aparenteõ, pois que não supera a barreira da forma capitalista de produção, de modo que o apelo à história feito pela teoria pós-keynesiana se restringe às fases da própria economia capitalista.

A nosso ver, embora seja pertinente o que afirma o autor, pois nem Keynes nem os autores pós-keynesianos tenham se colocado como objetivo, nem tenham feito propostas para superar a forma capitalista de produção, isto não impede de concluir que Keynes tenha rompido com o individualismo metodológico, como, aliás, reconhece o próprio autor.

### 3. Método indutivo e método dedutivo

Podemos iniciar a análise da posição de Keynes sobre o método mais adequado à elaboração de sua teoria econômica com a afirmação de Dillard (1971: 269) quando diz que: õKeynes não questionou o método nem o escopo da teoria econômica clássica anglo-saxônica. Seu repto visou, antes, ao conteúdo, isto é, às suposições da doutrina clássicaõ.

Keynes certamente não inicia sua crítica à teoria clássica pela questão do método, mas pelo irrealismo de suas suposições e também por uma questão prática, ou seja, por suas implicações de política econômica, pois tinha por objetivo elaborar uma teoria que fundamentasse a intervenção da política econômica nos mais diversos setores de atividade. Mas, nem por isso, pode-se concordar com Dillard de que Keynes partilhasse da visão metodológica clássica, principalmente seu individualismo metodológico e de seu racionalismo abstrato.

Assim, podemos perguntar: como se origina o conhecimento para Keynes? A partir da observação empírica de eventos particulares, donde são induzidos ou generalizados conhecimentos universais? Ou, a partir de princípios abstratos que, pela via dedutiva, permitem chegar a novos conhecimentos?

A resposta a estas questões pode ser encontrada nas próprias palavras de Keynes (1978b: 70), quando afirma que: õObtemos uma parte do nosso conhecimento diretamente; e outra, através do raciocínioõ. Ele considerava que tanto a indução como a dedução eram importantes e faziam parte do mesmo processo de conhecimento. Esta posição de Keynes pode ser mais bem compreendida a partir de duas referências: primeiro, a transição de Keynes de uma visão atomista da realidade econômica e, segundo, da influência que Keynes sofreu das posições metodológicas de John Neville Keynes, seu pai, e de Alfred Marshall, seu mestre.

Antes de tudo, para Keynes, a definição do método mais indicado para se chegar ao conhecimento da realidade está relacionada com a própria concepção de sistema econômico. Assim, a indução seria mais adequada para uma visão atomista da economia, onde se supõe que as partes ou indivíduos atuam de forma independente e invariável, de modo a ser possível identificar causa e efeito ou as alterações que cada qual produz no sistema. O uso do método indutivo pressupõe a estabilidade e invariabilidade das relações entre as partes ou a repetibilidade e previsibilidade dos comportamentos, pois assim o passado seria uma base segura para entender e prever o comportamento futuro. O conhecimento parcial de uma parte seria a base racional para a indução e previsão, pois permitiria estabelecer uma relação de causa e efeito para cada parte e a conexão entre as partes asseguraria a estabilidade das mesmas.

Já um sistema orgânico está em permanente mutação e, por isso, o método indutivo perde força e aplicação como base para um conhecimento adequado da realidade. Ou seja, nos sistemas orgânicos, o método indutivo seria impraticável para gerar um conhecimento, pois a interação entre as partes impediria identificar relações de causa e efeito, uma vez que se modificam as relações entre as partes, não se produzindo mais o mesmo efeito.

Neste sentido, Cardoso e Lima (2005) sugerem que as limitações ao uso do método indutivo experimental decorrem de sua visão da economia como um sistema complexo. A confiança no conhecimento indutivo aumenta na medida em que se observam repetições e uniformidades em nossas experiências.

No entanto, Keynes não nega inteiramente a possibilidade da indução, quando passa a entender a economia como um sistema orgânico e não mais atomista.

Talvez seja mais fácil compreender a posição metodológica de Keynes se levarmos em consideração o fato de ter sofrido influências importantes tanto de seu pai, John Neville Keynes, como de seu mestre, Alfred Marshall.

Neville Keynes, cujo livro, *Escopo e Método da Economia Política*, foi utilizado, durante muitos anos, como texto básico sobre metodologia da ciência econômica, considerava que diferentes métodos seriam adequados, embora tivesse a convicção de que todo conhecimento devesse começar e concluir com a observação e que o método dedutivo devesse apoiar-se no método indutivo. Na verdade, Neville Keynes seguia a já tradicional separação entre ciência positiva e ciência normativa, inaugurada por Nassau Sênior e reafirmada por Stuart Mill.

Para Marshall (1982: 43), o método adequado depende de cada circunstância. Ele afirma que é tarefa da economia coligir fatos, ordená-los, interpretá-los e deles tirar conclusões. *O economista deve ser ávido dos fatos, ... mas os fatos, por si mesmos, nada ensinam* (Idem, p. 51). Marshall refere-se diretamente a Schmoller, quando este afirma que a observação, a descrição, a definição e a classificação são atividades preparatórias, para se chegar a um conhecimento da interdependência dos fenômenos, de modo que a indução e a dedução são tão essenciais para o conhecimento científico, como os dois pés são necessários para se caminhar. E conclui que a economia não deve seguir nenhum método específico e sim que todos os métodos que são úteis devem ser utilizados e combinados.

Embora Maynard Keynes associasse Marshall mais ao método indutivo, e Neville Keynes mais ao dedutivo, procurou evitar os extremos, afastando a ciência econômica das ciências naturais, pois a considerava uma ciência moral e, portanto, submetida à influência de normas, valores, crenças, convenções, hábitos e juízos de valor.

Assim, Keynes, certamente, não defendia a elaboração de métodos a priori, pois, considerava impossível partir de axiomas irrefutáveis e construir sistemas euclidianos ou cartesianos abstrato-dedutivos, uma vez que a economia deveria ser uma ciência socialmente útil para resolver os problemas do mundo real e não uma construção lógica, ou uma ciência pela ciência. Para Keynes, a definição do método deveria levar em conta, antes de tudo, a natureza do problema a ser resolvido. Ao definir a economia como uma ciência moral e não como uma ciência natural, Keynes também preconizava métodos diferentes para ambas as ciências e duvidava se a economia comportava uma aplicação útil dos métodos matemáticos.

Pode-se dizer, então, que Keynes faz uma combinação dos métodos indutivo e abstrato dedutivo adequados e aplicáveis para a solução de problemas econômicos específicos. Defensor de uma metodologia prática, Keynes parece não ter adotado nenhum

desses caminhos extremos, nem unicamente o indutivo e muito menos o método a priori abstrato dedutivo, para alcançar o conhecimento da realidade. Ele pode ser definido como um pluralista na definição do método na economia. Como diz Olivares (2005), Keynes evitou durante sua vida intelectual os métodos dedutivos e indutivos nas suas formas extremas. Ele era partidário de uma combinação de ambas as metodologias.

O método de Keynes, conforme Andrade (2000: 85), rejeita tanto o naturalismo do comportamento humano, como o cientificismo, isto é, a fé no conhecimento e no progresso científico. Keynes propõe um método que produz um conhecimento incerto e limitado, ou arte de raciocinar em condições de incerteza. Defende o provável como sendo também racional. Rejeita a suposta relação lógica da argumentação positivista neoclássica entre racionalidade e demonstração da verdade.

Do mesmo modo, podemos dizer que a visão de Keynes, certamente, ultrapassa a dicotomia positivista que faz uma clara distinção entre conhecimento científico e conhecimento não-científico, entre meios e fins, entre fatos e valores. Ela representa, conforme Andrade (2000: 85), uma crítica ao positivismo em economia, ao *homo economicus* ideal que aplicaria consistente e persistentemente o cálculo racional utilitarista benthamita de dores e prazeres em toda decisão econômica.

Em conclusão, o método de Keynes enfatiza a conexão entre teoria e prática, é orgânico e histórico. A visão metodológica de Keynes se afasta tanto do racionalismo, para quem todo conhecimento deriva do raciocínio demonstrativo, e do empirismo, para o qual todo conhecimento deriva da experiência.

#### **4. Modernidade e pós-modernidade da ciência econômica**

O objetivo deste tópico é analisar a visão de ciência de Keynes em termos de seu caráter moderno ou pós-moderno, pois estes conceitos traduzem duas visões de realidade e de história, duas epistemologias e, especialmente, duas filosofias opostas da ciência, a filosofia da ciência moderna e a filosofia da ciência pós-moderna.

A modernidade vincula racionalidade humana, fé na inteligência e na razão universal com progresso científico indefinido. No espírito da modernidade, a ciência poderia promover o controle das forças naturais, a compreensão do mundo, o progresso moral e a felicidade humana. A ciência moderna confia no poder da razão para buscar o imutável, o permanente e o eterno através do aparente, do fugaz, do mutável e do transitório. O espírito moderno busca o sentido da história no turbilhão dos fatos, das mudanças e das rupturas. A modernidade envolve um esforço intelectual extraordinário para desenvolver a ciência objetiva e universal e usar o acúmulo do conhecimento para promover o progresso econômico-social e a emancipação humana.

O moderno defende, também, a ideia de totalidade, a universalidade da razão, a subjetividade e a centralidade do homem, a visão racionalista de um mundo estruturado, a ideia de uma história dotada de sentido e um único modelo ciência e de método científico.

Na década de 1920, a ciência moderna assumiu uma forte tendência positivista, expressa no positivismo lógico do Circulo de Viena, que tentou reviver a crença na ciência unificada, no seu progresso linear, no método das ciências naturais como único método científico, que poderia gerar conhecimentos inquestionáveis e verdades absolutas.

Já a visão pós-moderna de ciência privilegia a heterogeneidade, a diferença, a fragmentação, a indeterminação, o relativismo e a desconfiança nos discursos totalizantes e universais, acentua o efêmero, o descontínuo, o fragmentário, as aparências e as partes, sem



preocupar-se em buscar a realidade essencial das coisas, nem uma visão mais abrangente e unificada da realidade.

No campo da filosofia da ciência, o pós-modernismo acentua a idéia de condicionamento social e histórico do conhecimento, a idéia de descontinuidade e de revoluções científicas, a organização da ciência em paradigmas, de acordo com a visão de Kuhn (1970), a crítica e a descrença no poder do método científico em gerar conhecimentos precisos e verdadeiros, reforçando de certo modo o anarquismo e pluralismo metodológico, na perspectiva de Feyerabend (1988). É coerente, também, com a visão pós-moderna a idéia de incomensurabilidade entre teorias científicas, enquanto diferença persistente entre linguagens, experiências, histórias e discursos científicos e, como conseqüência, a necessidade de se aceitar a pluralidade dos enfoques teóricos, metodológicos e científicos, como também um certo relativismo, já que é difícil julgar uma teoria através dos critérios de uma teoria rival.

Assim, o conceito de pós-moderno expressa uma crítica às ambiciosas promessas da modernidade e à visão das grandes narrativas, dos raciocínios unificadores e universalizantes. Ele significa a perda da fé no progresso científico e no desenvolvimento ilimitado da sociedade, a descrença no sentido único da história. No conceito de pós-modernidade está contida a idéia de uma realidade descontínua e fragmentada, a idéia de indeterminação e incerteza, a diversidade e o pluralismo, a carência de fundamentos e de sentido teleológico da razão e da história.

Como sabemos, a ciência econômica se forma e se consolida como uma ciência moderna, inspirada na física de Newton, no positivismo de Comte, no positivismo lógico de Carnap, no racionalismo crítico de Popper e no instrumentalismo de Friedman, que procuram conferir-lhe o *status* de disciplina científica, baseada em sólidos fundamentos epistemológicos e no rigor de um método científico. Assim, a filosofia da ciência que domina o discurso econômico tradicional está associada às ciências naturais e em especial à física newtoniana.

Já na perspectiva pós-moderna, a ciência econômica assume uma dimensão, em certo sentido, relativista, fragmentada e, socialmente, condicionada. Ela valoriza conceitos científicos, como o de relatividade, desequilíbrio e incerteza, associados a uma visão do tempo e do espaço instável e descontínua. Em oposição às idéias de totalidade e universalidade da ciência moderna, o pós-modernismo envolve a idéia da fragmentação e descontinuidade e a negação de leis gerais que governariam o sistema econômico.

Na visão pós-moderna de ciência, pode-se incluir muitos autores e escolas de pensamento, como o institucionalismo, o pós-keynesianismo, o marxismo pós-moderno e outras abordagens consideradas heterodoxas. Também, pode-se observar a presença do pós-modernismo na economia, através dos conceitos de incerteza e expectativas, racionalidade limitada, desequilíbrio, teoria dos jogos e teoria da catástrofe, como também nas abordagens pós-analíticas da epistemologia e da metodologia. Conforme Lima (2001: 222):

Observa-se que o pós-modernismo não só tem promovido, como também, a partir de sua apreensão, tem ajudado a empreender uma reformulação no modo de pensar e discursar sobre a economia. O pós-modernismo implica numa perda da confiança na ciência positivista, que, pela adesão à razão, acreditava ser possível a verdade absoluta. O pós-

modernismo critica a concepção de conhecimento como representação, como 'espelho da natureza' e tem desafiado as noções de sujeito racional cartesiano e de sujeito centrado, capazes de propiciar uma dada visão representativa de indivíduo+.

Como se situa o pensamento de Keynes no confronto da visão moderna e a visão pós-moderna de conhecimento e de ciência econômica?

De início, pode-se afirmar que o pensamento de Keynes combina uma forma moderna com uma forma pós-moderna da ciência econômica. Com efeito, as primeiras décadas do Século XX, quando Keynes elabora seu pensamento, marcam uma descontinuidade no desenvolvimento intelectual, sócio-cultural e econômico da Europa, separando uma época de tranquilidade e uma época de turbulência. Assim, a fase mais produtiva da elaboração teórica de Keynes, desde *As Consequências Econômicas da Paz*, em 1919, e a *Teoria Geral*, em 1936, coincide com o ápice do modernismo e representa um período de transição. O ponto de partida da formação teórica de Keynes é a ortodoxia teórica britânica, sintetizada na obra de Marshall. Ou seja, Keynes inicia seus estudos num contexto moderno. Keynes foi um moderno no sentido de que seu trabalho manifesta características centrais do modernismo literário e artístico. (Claes, 2006:2). Ele pertencia ao Grupo de Bloomsbury, um dos mais importantes movimentos modernistas britânicos.

No entanto, em termos teóricos, o pensamento de Keynes se afasta progressivamente do modernismo positivista da ortodoxia econômica e representa uma revolução em aspectos fundamentais da teoria econômica neoclássica da qual fizera parte no período de sua formação. Neste sentido, a revolução keynesiana inaugura um novo paradigma teórico na economia, a qual se fundamenta numa nova maneira de pensar a economia, uma nova ontologia e uma nova visão de conhecimento e de ciência, com características pós-modernas, associadas à incerteza, às expectativas sobre o futuro e a instabilidade.

Se as expectativas em relação ao futuro jogam papel tão relevante, que tipo de conhecimento podemos ter dele, se pergunta Keynes? Enquanto a teoria do *mainstream*, baseada na metodologia positivista moderna, confia na capacidade preditiva da ciência econômica, para Keynes, só podemos ter um conhecimento incerto sobre o futuro ou, na expressão do próprio Keynes, sobre o futuro simplesmente nada podemos saber+. Assim, ao acentuar a natureza fragmentada, indefinida e relativa do conhecimento, Keynes sinaliza para o rompimento com os padrões modernos de uma ciência econômica racionalista, positivista, abstrata e não-histórica, de pretensa aplicação universal, e introduz elementos pós-modernos na sua concepção de conhecimento e de ciência, a partir de seu conceito central de incerteza.

Lima (2001) resume os sentidos do conceito de incerteza de Keynes, importantes para salientar os elementos pós-modernos de sua visão da ciência econômica: *i*) a incerteza tem um sentido de ignorância, ou a possibilidade de não se poder conhecer, evidenciando a clara separação entre sujeito e objeto e os limites do conhecimento, tanto para os economistas, como para os agentes que tem de tomar decisões; *ii*) como existem barreiras impenetráveis para o conhecimento e a impossibilidade de cálculo racional, Keynes apela para a idéia de *animal spirits*, para explicar as decisões relevantes da economia; *iii*) a referência de Keynes ao papel do "capricho, sentimento ou acaso" coloca em xeque tradicionais

noções de causalidade; *iv*) Keynes, ao atribuir esses sentidos ao conceito de incerteza, e sua importância na tomada de decisões cruciais da economia, aponta para a natureza profundamente instável da economia e para uma tendência indefinida dos seus rumos, onde a noção de equilíbrio passa a ser apenas uma possibilidade e mesmo a não mais fazer sentido.

Deste modo, a incerteza radical limita e modifica a natureza, mas não constitui uma negação da possibilidade do conhecimento e da ciência. Keynes não é um cético, pois acredita no progresso da ciência, da economia e da sociedade. Além disso, como não existem estruturas econômicas estáveis e constantes ao longo do tempo, como seu curso é instável, indefinido, incerto e imprevisível, justamente por esse motivo, Keynes defende o papel das instituições, especialmente o papel do Estado, um elemento central da modernidade.

Assim, podemos concluir que o pensamento de Keynes combina elementos modernos com elementos pós-modernos na sua visão de ciência econômica.

### **5. Ciência, persuasão e retórica**

Nas últimas décadas, a retórica tem se tornado um tema obrigatório da discussão da metodologia econômica. Nessa discussão, o pensamento de Keynes vem sendo analisado como exemplo da boa utilização da retórica na ciência econômica, inclusive por muitos autores brasileiros, como é o caso de Anuatti (2003) e Vieira (2007), dentre outros.

No entanto, não é objetivo desse tópico fazer uma análise detalhada do uso da retórica na obra de Keynes, mas tão somente mostrar a importância que o próprio Keynes conferiu à retórica na elaboração de seu discurso científico.

De modo geral, pode-se dizer que a elaboração do pensamento de Keynes sempre foi marcada pela preocupação de convencer o público alvo e de se fazer entender por ele. Neste sentido, pode-se dizer que o discurso teórico de Keynes tem um caráter persuasivo e retórico explícito. Keynes, talvez, seja um bom exemplo do adequado uso da retórica na ciência econômica, pois, apesar de a retórica representar um aspecto essencial de seu discurso científico, para ele, a ciência não é pura retórica.

Anuatti (2003) lembra que a preocupação retórica de Keynes tinha por alvo três diferentes públicos: os economistas profissionais, os formadores de opinião e o público em geral, para cada um dos quais Keynes usou formas e argumentos específicos, para convencer e se fazer compreender. Tudo isto indica a importância que Keynes atribuía à retórica. Ele tinha um plano bem arquitetado de divulgação de suas idéias e conhecia bem a forma a ser usada ou o caminho a ser percorrido para atingir seu objetivo.

Para mostrar a importância da retórica em Keynes, procuramos indicar alguns exemplos onde esta preocupação fica mais evidente. Neste sentido, talvez o exemplo mais claro seja o livro *Ensaio de Persuasão*, organizado pelo próprio Keynes, em 1931. Esta publicação consiste de uma coletânea de artigos, que já haviam sido publicados, nos doze anos anteriores, em diversos periódicos e jornais especializados. O sugestivo título traduz, sem dúvida, a consciência do objetivo central que orientou sua elaboração: convencer e persuadir o público ou os diversos públicos aos quais foram dirigidos sobre as mudanças econômicas e a conseqüente necessidade de mudança na política econômica, a começar pelos seus fundamentos teóricos.

Na apresentação do livro, Keynes afirma que os ensaios podiam ser denominados de *Ensaio de profecia e de persuasão*, pois infelizmente se considerava mais um profeta do que um persuasivo, já que teve mais êxito em prever os acontecimentos sinistros do que em

convencer os economistas, o governo e a sociedade de que poderiam impedir que acontecessem. Lamenta não ter podido agir a tempo de evitar que os desastres acontecessem. Como vemos, a consciência da importância da persuasão e da retórica, bem como seu adequado uso, não foram suficientes para que Keynes atingisse seus objetivos.

Keynes lembra, também, que esses ensaios foram escritos com o objetivo de convencer a opinião pública e os governantes, mas que seus críticos os consideraram muito ambiciosos, temerários ou insensatos. No entanto, ao relê-los, Keynes diz estar convencido do contrário, ou seja, que eles pecam pela moderação, se forem confrontados com a gravidade dos fatos ocorridos. Isto é válido, sobretudo, em relação às três grandes controvérsias às quais Keynes se devotou sem reservas, a saber: o Tratado da Paz, a política de deflação e o retorno ao padrão-ouro. Em relação a esses temas, Keynes diz expressamente que estava óapressado, desejoso e impaciente para convencer a tempo o seu auditório. Mas os próprios acontecimentos se encarregaram, depois, de comprovar o acerto da batalha persuasiva de Keynes. Assim, em 1931, Keynes considerava aquelas três controvérsias como óbatalhas ganhas, não pela força de seus argumentos, mas, sim, pelos próprios acontecimentos que ele não conseguira evitar.

Outro exemplo é o estilo da crítica feita por Keynes contra a teoria óclássica. Afirma-se que Keynes pretendia fazer uma ruptura radical com a teoria neoclássica, mas a forma de apresentar esta ruptura é motivo de controvérsias. O objetivo principal de Keynes era criar um ambiente favorável à aceitação e difusão de sua teoria, evitando tanto acirrar os ânimos contrários como a possível deformação de suas idéias originais.

De um lado, Keynes teria sido criticado por alguns de seus pares pelo estilo duro de sua crítica contra a ortodoxia, mas Keynes teria retrucado que uma apresentação mais branda e palatável seria inútil, além de abrir um flanco para a descaracterização do aspecto revolucionário de sua teoria. Sobre esta questão, é importante lembrar o que diz Carvalho:

"Keynes pretendia que essa discussão abrisse a TG. ... Mas esta forma de organização, porém, parecia destinada a mostrar de forma radical a ruptura de Keynes com o quadro ortodoxo. ... Na versão final, esta ruptura é, de certo modo, atenuada, talvez para facilitar a aceitação do novo modelo. ... É apenas em 1937, em resposta a críticos, que Keynes parece ter-se decidido a finalmente radicalizar o debate, recolocando-o nos caminhos propostos nas primeiras versões da TG". (Carvalho, 1989: 181).

Se isto é verdade, por um lado, podemos também recordar, por outro, a forma categórica com que Keynes critica a ortodoxia, quando afirma: "Eu acuso a teoria econômica clássica de ser uma dessas técnicas belas e polidas, ..." (Keynes, 1978: 172). Estas palavras de Keynes são de 1937, um ano depois da publicação da Teoria Geral, momento em que talvez Keynes tivesse avaliado a necessidade de marcar a ruptura com seu passado.

O esforço persuasivo de Keynes, como assinala Vieira (2007), também, aparece nos prefácios específicos que ele escreveu para cada uma das várias edições da Teoria Geral, sempre usando argumentos diferentes, conforme cada situação e público específico, como se pode observar nos respectivos prefácios das edições inglesa, francesa, japonesa e alemã.

No caso da edição em língua inglesa, Keynes se vale do argumento de que a teoria clássica não estaria errada, mas só se aplicaria no caso do pleno emprego, ou seja, seria um

caso especial de sua Teoria Geral. Além disso, ele se dirige diretamente a seus colegas economistas e começa por reafirmar a coerência lógica da teoria tradicional, que dominara as mentes de toda uma geração. Por isso, não é contra esse ponto que dirige sua crítica, mas sim contra algumas de suas premissas, ou seja, ele convida seus colegas a uma reflexão crítica e a um re-exame da teoria clássica a partir de suas premissas. Então, como que exortando seus colegas economistas a fazerem um esforço para mudarem de mentalidade, se vale do já famoso argumento de que a dificuldade maior não consiste em aceitar idéias novas, mas em se livrar das antigas.

Na edição japonesa, mostra-se muito otimista quanto à aceitação de sua teoria. Valendo-se do fato de Malthus ter sido recentemente traduzido por um grupo de economistas japoneses, acentua a idéia de que sua teoria se vincula diretamente à teoria da demanda efetiva de Malthus. Na edição alemã, procura explorar a histórica rivalidade da Escola Histórica contra a economia clássica e, na edição francesa, ele se dirige aos franceses de modo diferente, fazendo referência de que não existia, na França, uma tradição ortodoxa, embora tenha feito duras críticas a J. B. Say e sua lei dos mercados. Procura, também, atrair a simpatia do público francês, ressaltando a importância das idéias econômicas de Montesquieu, classificando-o como um dos grandes economistas franceses.

Um último exemplo da importância dada por Keynes à persuasão e à retórica pode ser observado quando Keynes se convence de que a própria retórica em si mesma é insuficiente para convencer o público, de modo que ela precisa estar fortemente relacionada com a teoria.

Com efeito, em agosto de 1930, como relata Anuatti (2003: 300-301), Keynes presidia um comitê de economistas composto por figuras importantes, como Henderson, Pigou, Robbins e Kahn, criado pelo primeiro-ministro Ramsey McDonald, por sugestão do próprio Keynes, para fazer diagnósticos sobre a crise e sugerir medidas saneadoras. Mas o relatório produzido pelo comitê não conseguira chegar a um consenso, especialmente em relação aos remédios para a crise. Mesmo não tendo surtido o resultado esperado, Keynes considerou que o comitê serviu para consolidar a idéia de que sem uma teoria alternativa, o consenso racional sobre as medidas a serem adotadas seria impossível. E, a partir dessa conclusão, Keynes passou a dedicar grande parte de seu tempo à formulação da nova teoria capaz de comandar consenso racional. Esse seria, então, o contexto da Teoria Geral.

Em síntese, vemos que, como o esforço persuasivo de Keynes para convencer o governo e a opinião pública sobre a necessidade de mudar a política econômica mostrava-se infrutífero, Keynes se convenceu da necessidade de elaborar uma nova teoria para fundamentar seus argumentos retóricos e conquistar a adesão dos economistas profissionais, para, então, através dela, poder persuadir os *policymakers* da necessidade de mudar a política econômica.

## 6. Conclusão

Ao longo do texto procuramos analisar quatro aspectos da metodologia que fundamenta o pensamento de Keynes. No primeiro deles, embora tenha sido intitulado de individualismo metodológico, abordou-se uma questão mais ontológica que propriamente metodológica, que diz respeito à visão de Keynes sobre a natureza da realidade, como um somatório de elementos autônomos ou uma totalidade orgânica, como uma visão atomista ou organicista da realidade. Como se viu, existem muitos elementos indicativos de que Keynes mudou sua concepção de realidade, passando de uma visão atomista, herdada da tradição neoclássica, em que o indivíduo é o elemento constitutivo fundamental e

irredutível da realidade, para uma visão organicista, em que a realidade forma um todo orgânico maior que a soma das partes e não redutível a elas.

Talvez o elemento mais forte para comprovar esta conclusão seja mesmo o conceito de macroeconomia, concebida como uma ciência social, um campo autônomo do conhecimento, governado por leis próprias, que não necessita, por isso, de micros fundamentos. Ou seja, os resultados macroeconômicos não se explicam pelo somatório dos resultados das ações microeconômicas individuais.

O segundo aspecto analisado referiu-se à questão do método mais adequado para a ciência econômica, o indutivo experimental ou o lógico dedutivo? Nesta análise, observamos que a complexidade do pensamento de Keynes leva-o a ultrapassar esta dicotomia simplista que opõe indução e dedução, experiência e razão. Keynes evitou os extremos simplificadores do empirismo e do racionalismo. A experiência é fundamental para a formulação de hipóteses realistas, embora não se possa, através dela, comprovar a veracidade das mesmas. Por outro lado, o caminho do racionalismo abstrato, apesar de coerente e lógico, mostra-se insuficiente para fundar uma ciência social como é a economia. Keynes acusou a teoria neoclássica de ser apenas uma construção lógica de pouca validade para o conhecimento da realidade econômica e social de seu tempo.

No terceiro ponto, procurou-se analisar se a visão de conhecimento e de ciência de Keynes se aproxima mais da visão moderna ou da visão pós-moderna? A conclusão a que chegamos foi de que há elementos tanto de uma visão moderna como de uma visão pós-moderna. Keynes viveu num período de transição entre o que se poderia chamar de época moderna e época pós-moderna. A teoria neoclássica, em que Keynes se formou, traduz as principais características de uma ciência moderna. No entanto, as dificuldades associadas à questão central da incerteza, na teoria de Keynes, bloqueiam qualquer pretensão de se chegar a um tipo de conhecimento preciso, certo, verdadeiro e irrefutável. Keynes lida com um tipo de desconhecimento incerto, relativo, fragmentado e provisório, típicos de uma visão pós-moderna de ciência. No entanto, isto não leva Keynes ao ceticismo. Ao contrário, ele acredita no progresso da ciência e da sociedade. Para lidar com a incerteza, ele recorre às instituições e para lidar com a instabilidade, ele recorre ao Estado, elementos da modernidade.

Finalmente, o último aspecto metodológico analisado refere-se ao papel da retórica no pensamento de Keynes. Observou-se que ela não é um elemento acessório, mas se constituiu uma preocupação permanente e perpassa toda a teoria de Keynes. Keynes não se preocupou unicamente em formular uma teoria, mas em intervir na realidade, através da política econômica e a retórica se constituiu num instrumento auxiliar para convencer economistas, governo e sociedade da necessidade de mudar a política. Por isso, o discurso científico de Keynes é sempre um discurso persuasivo e retórico. Quando percebia que seus argumentos não eram suficientemente persuasivos, chegou mesmo a reforçar os fundamentos teóricos de seus argumentos, a fim de poder melhor convencer seus interlocutores.

#### Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola (2007) Dicionário de Filosofia. São Paulo, Martins Fontes.
- ANDRADE, Rogério P. de (2000). A Agenda do Keynesianismo Filosófico: origens e perspectivas. Revista de Economia Política, vol 20, n. 2 (78), abr-jun 2000.
- ANDRADE, Rogério P. de. Resenha de J. B. Davis ó Keynes's philosophical development REP vol. 16 n. 1 (61) jan-mar 1996 pp 157-158.

- CARDOSO, Fernanda e LIMA, Gilberto T. (2005) A visão de Keynes do Sistema Econômico como um todo orgânico complexo. Encontro Nacional da Anpec, 2005.
- CARVALHO, F. C. (1989). Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: teoria de uma economia monetária, in; Amadeo (1989). Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo, Marco Zero.
- CARVALHO, F. C. (2003) Características essenciais do método de Keynes na teoria geral. In: Corazza (org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre, Editora da Ufrgs.
- DAVIS, J.B. (1989) Keynes on atomism and organicism. *Economic Journal*, n. 9, p. 1159-1172.
- DAVIS, J.B. (1989-90) Keynes and Organicism. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 12, n. 2, p. 308-315.
- DILLARD, (1971) A Teoria Econômica de John Maynard Keynes. São Paulo, Pioneira.
- FEYERABEND, P. (1988) *Against Method*. London, Verso.
- KEYNES, J. M. (1970) Teoria Geral do Emprego, do Juro e do dinheiro, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- KEYNES, J.M. (1978) A Teoria Geral do Emprego (1937). In: Szmrecsányi (org) (1978) Keynes. Economia, São Paulo, Ática.
- KEYNES, J.M. (1978b) O Sentido da Probabilidade (1921). In: Szmrecsányi (org) (1978) Keynes. Economia, São Paulo, Ática.
- KLAES, Matthias (2006) Keynes between modernism and post modernism. In: Roger E. Backhouse and Bradley W. Bateman. *The Cambridge Companion to Keynes*, Cambridge: Cambridge University Press.
- KUHN, Thomas S. (1980) [1970]. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed. em inglês.
- MARSHALL, Alfred (1982) Princípios de Economia (Volume I). São Paulo, Abril Cultural. (Os Economistas).
- OLIVARES, Mario Gomes (2005) O Conhecimento e a incerteza humana na visão metodológica de J. M. Keynes. Disponível em: [www.eumed.net](http://www.eumed.net)
- ROTHEIM, R.J. (1989-90) Organicism and the role of individual in Keynes thought. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 12, n. 2, p. 316-326.